



# Anais da Assembléia

Nº 68

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 11 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 01ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 1.989  
SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (34). Achar-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes e Sabino Capos (19). Achar-se em licença o Sr. Deputado Milton Barbosa (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Vai ser procedida a chamada nominal.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) Peço a leitura da Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Tadeu Lúcio Machado) - Não há Ata.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Deve ter, nem que seja do semestre passado. Alguma

coisa deve ter para ler.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Tadeu Lúcio Machado) Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, solicito que Vossa Excelência informe ao Plenário quem solicitou a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O nobre Líder do Governo, Artagão Mattos Leão

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu estava presente no Plenário e não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Prossiga-se à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(Prossegue-se a chamada nominal)

29 Srs. Deputados presentes responderam à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 171/89, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 11.08.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Resolução nº 38/89.

Sala das Sessões, em 11.08.89.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 171/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Resolução nº 38/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, queiram levantar-se.

21 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

5 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) - Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, já que não está em Plenário quem pediu a verificação de votação, acho que podemos parar com a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A chamada nominal prossegue.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Continua a Chamada Nominal)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 26 Srs. Deputados responderam à chamada, não há quorum para votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós temos em plenário vários Deputados, inclusive que responderam à chamada há pouco, Sr. Presidente. Eu acho que há que se considerar. Existem vários Deputados que estão dentro do recinto e eu acredito que esses Deputados devem ser considerados como presentes para efeito de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

não pode considerar presente quem não respondeu a chamada. Mas vai proceder, novamente, à chamada nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Quando da votação do requerimento de preferência foi constatado falta de quorum. A segunda chamada nominal solicitada ficou sem necessidade porque é matéria vencida.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, eu solicito de Vossa Excelência de que aja com justiça como sempre agiu na Presidência deste Poder Legislativo. Se nós tivemos requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão votado com número suficiente, para o interesse da matéria, havia sim, o número de Srs. Deputados. Vossa Excelência solicitou a chamada nominal, responderam à chamada nominal. Eu entendo que a chamada nominal, primeira que foi feita, tem que prevalecer na votação da matéria que nós estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou responder a questão de ordem do Deputado Manfrinato. A primeira chamada acusou a presença de 26 Srs. Deputados, não há número para votação. Com a palavra o Deputado Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu apelo ao bom senso de Vossa Excelência para que coloque em votação o requerimento que recebeu o nº 2, apesar de ter chegado com preferência do 1 nas mãos de Vossa Excelência, que Vossa Excelência conseguirá dar número. Apenas os Deputados que se retiraram do plenário não aceitam votar o requerimento nº 1 porque tomou o nº 2. Então Vossa Excelência coloca o que consta com nº 2 que Vossa Excelência verificará que dará quorum. Eu apelo ao bom senso de Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Gostaria que se procedesse a nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal. (É feita a chamada nominal).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) - Quem pediu verificação de votação não se encontra mais em plenário.

Desta forma Vossa Excelência poderá colocar em votação imediatamente, não tem quem mais queira a verificação de votação, Sr. Presidente. Vossa Excelência pode, imediatamente, colocar em votação sem verificação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segue-se a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) -  
(Continua a proceder à chamada nominal).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -  
Sr. Presidente, solicito encarecidamente que Vossa Excelência coloque em votação a matéria. Está retirado o pedido de verificação de votação.

Se alguém tiver interesse que peça novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Prossegue a confirmação da chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) -  
(Prosegue à chamada nominal.)  
Vinte e seis Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada vinte e seis Senhores Deputados. Não há quorum para votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -  
Sr. Presidente, nós vemos em plenário, no nosso cálculo, vinte e oito Srs. Deputados, contando com os Srs. Deputados que compõem a Mesa. Solicito, então, encarecidamente que Vossa Excelência mande proceder nova chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 3ª Discussão do PROJETO DE LEI nº 126/89. Em discussão. Encerrada a discussão.

A Mesa pode, a qualquer instante, quando notar a presença dos Srs. Deputados proceder à chamada nominal para votação.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 218/88.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 242/88.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 275/88.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do PROJETO DE LEI nº 277/88.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 50/89.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 78/89.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do PROJETO DE LEI nº 79/89.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do PROJETO DE LEI nº 93/89.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do PROJETO DE LEI nº 130/89.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 171/89.  
Em discussão. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO do Projeto de Resolução nº 38/89. Sobre o Projeto há emenda.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, no início desta sessão, encaminhamos à Mesa um requerimento, para que o Projeto de Resolução nº 38/89, obtivesse, através de um requerimento aprovado por este Plenário, a preferência da votação.

No entanto, o Líder do Governo encaminhou um requerimento pedindo preferência para a Mensagem Governamental, que altera orçamento do Estado, e foi constatada a falta de número.

Porém, o requerimento deste Deputado, não foi votado e eu gostaria de que agora como último projeto a ser discutido, que Vossa Excelência deixasse de lado o requerimento da preferência, porque já perdeu o seu efeito, e colocasse em discussão o projeto, para que os Srs. Deputados pudessem verificar a necessidade do acordo mantido entre os Senhores Deputados, entre os Deputados da Oposição e do Governo, para que, encaixado neste Projeto nº 38/89, entrasse a emenda de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, com trinta apoiantes dos Srs. Deputados, porque é interesse desta Casa em resolver os problemas, ou o problema de todos os funcionários, inclusive das nossas taquígrafas, que são o coração desta Casa, que procuram durante todas as nossas sessões registrar com muita competência, tudo aquilo que aqui se passa.

Eu tenho certeza que os Srs. Deputados que se retiraram do plenário, voltarão para dar quorum e votar.

Sabemos que Vossa Excelência tem algum senão quanto a essa emenda, e nós assumimos um compromisso, em nome dos Srs. Parlamentares de discutirmos depois de aprovada a emenda, para que cheguemos a um denominador comum, e não possamos deixar mais um mês os nossos funcionários defasados, contra funcionários do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Palácio do Governo, e somos sabedores que o Sr. Governador dará aumento substancial aos funcionários do Poder Executivo, que dará o aumento nos DAS, e os nossos funcionários sempre, nós que votamos as Leis do Estado, sempre ficam a reboque dos outros.

Nós parecemos o último Poder da República e nós temos a obrigação de fazermos valer este poder, que eu quando era Presidente desta Casa sempre pautei pela dignidade deste Poder e tenho certeza que Vossa Excelência, pela sua tradição também fará cada vez mais, como tem feito, ressaltar e fazer este poder aparecer muito

mais, por que é o poder mais sério, mais honesto, mais trabalhador e que recebe o calor do povo, apesar de às vezes sermos difamados por jornalistas por alguém que tem interesse em fazer com que os Srs. Deputados sejam malvistas perante a opinião pública. Este filme foi visto na época da revolução quando os militares queriam desmoralizar, cassar Deputados e nós agora na plenitude democrática, temos obrigação de fazer valer este Poder, principalmente após a Constituição Federal promulgada em 5 de outubro do ano passado, e nós com os poderes constituídos estaduais temos obrigação de fazer o que nós pensamos, o que esta Casa pensa. Eu apelo a Vossa Excelência para que coloque em votação o Projeto nº 38/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua a discussão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Para Discutir)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Na sessão do dia de ontem foi levantado, no plenário desta Casa, uma dúvida com relação à Mensagem nº 171/89, enviada a esta Casa de Leis por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado. No entanto estas afirmações não procediam, foram mal interpretadas pelo Deputado que usou a tribuna, naquela oportunidade. Hoje, com as explicações, em mãos, que foram repassadas a todos os Parlamentares, provando que o Governo sério, que o Governo que sempre pautou a sua conduta pela honestidade, pela proibição, mais uma vez, tinha razão. E, aqueles detratores, aqueles que fazem oposição por oposição, mais uma vez se enganaram. Na verdade não havia nenhum furo de 200 milhões de cruzados, na Mensagem enviada pelo Sr. Governador.

O que havia, sim, era um compromisso do Governo de não usar quase 200 milhões de cruzados, autorizado por esta Assembleia, quando da análise do Orçamento do Estado, matéria vinculada dentro da percentagem de 30%, que o Governo teria direito, durante o ano.

Desta forma, Srs. Deputados, na verdade, a Mensagem do Sr. Governador diminuía em 200 milhões de cruzados novos as despesas do Estado e não aumentavam, neste valor, conforme se referia um Deputado, naquela oportunidade.

Por isso, nós estamos hoje aqui, prestando esclarecimentos, e gostaríamos que as cadeiras, habitualmente utilizadas pelos Srs. Deputados dos Partidos minoritá-

rios, estivessem ocupadas, para que pudessem ouvir e analisar as informações enviadas pelo Governo do Estado. Quem tem a consciência tranqüila, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pode, a qualquer momento, fazer uso do debate! Não precisa, Srs. Deputados, a ausência no Plenário, procurando não aprovar uma matéria. Acho que todos nós temos obrigações a cumprir! Não atendendo um pedido de suplementação pura e simplesmente do Governo do Estado mas, a nossa obrigação é com todo o povo paranaense, de estarmos aqui e votarmos as matérias colocadas em pauta. Por isso, solicito, Senhor Presidente, que V. Exa. proceda à chamada nominal, em mais uma oportunidade, porque alguns Deputados acabaram de adentrar ao recinto, como o Deputado José Afonso Júnior, o Deputado Quiélse Crisóstomo, e agora nós já temos, com certeza, número suficiente para podermos votar a matéria, assim como o Deputado Eimar Luiz Costa e o Deputado Algaci Túlio estão, neste momento, presentes, neste plenário. Então, Senhor Presidente, solicito que V. Exa. defira este meu requerimento, fazendo mais uma vez a chamada nominal, e colocando em votação o Projeto de Lei nº 171/89, de autoria do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados, a requerimento do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, pela 3ª e pela última vez.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - V. Exa. não vai colocar em votação o meu requerimento, para votar o Projeto nº 38/89?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se houver número.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Eu tenho certeza que tem número. V. Exa. é só colocar em verificação, e se alguém pedir a chamada nominal, está aprovado, como é uma constante nessa Presidência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Nós pedimos a chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Ezequias Losso) - Proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Eu me retiro do Plenário e me recuso a responder a chamada nominal. Pego que V. Exa. me desconte o dia de hoje.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ezequias Losso) -

(Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu peço preferência para discutir o Projeto nº 171, depois, se V. Exa. permite.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte e sete Senhores Deputados responderam à chamada. Não há quorum para votação.

Para discutir o Projeto de Resolução nº 138/89

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Existe, não só aqui no Paraná, mas, no Brasil inteiro, uma preocupação de todos os brasileiros com relação aos rumos que nós haveremos de ter neste País. E os grandes comandantes deste barco, deste navio, são os homens públicos, os homens públicos que chegaram às câmaras municipais, às prefeituras municipais, às assembleias legislativas, à Câmara e Senado e aos governos de estados.

A população espera, ansiosamente, para que haja tranqüilidade nesta Nação, nos estados brasileiros e nós jamais veremos uma tranqüilidade no Paraná, no Brasil, quando os homens públicos se furtam da responsabilidade, quando os homens públicos sabendo da inflação que vivemos hoje a nível de Governo Federal pela incompetência e pela irresponsabilidade dos homens que governam esta Nação hoje. E com este desmonte, com esta irresponsabilidade, atinge a todos os estados brasileiros, atinge a todos os municípios e atinge a população até na sua pessoa física e na pessoa jurídica.

E é por isso, que hoje vem a esta Assembleia Legislativa do Estado um pedido de suplementação de verba para o Governo do Estado. É em consequência da incompetência na área da Presidência da República e dos Ministros, que não estão governando esta Nação como deveria ser governada e como está sendo governado o Estado do Paraná. Quem é que não sabe, Senhores Deputados, não adianta questionarmos posições irreais, nós sabemos que o Paraná, hoje, é um Estado de exemplo no Brasil. Nós sabemos que a Constituição do Paraná está sendo um exemplo para os estados brasileiros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu, hoje, posso dizer que começo a sentir um pouco de orgulho a ser Deputado pelo meu povo, pelo meu Estado, porque logo que assumi esta Assembleia Legislativa, tive as minhas grandes decepções. Voltei muitas vezes para as minhas bases de cabeça baixa e preocupado com as decisões que aqui talvez eram tomadas, por questões apenas fisiológicas e nós não podemos permitir,

quando ouço o povo do Paraná, pelas minhas andanças que faço elogiando os Deputados paranaenses, pela postura e pelo respeito a fazer a nova Carta Magna deste Estado e não seria Senhor Presidente, Senhores Deputados, que neste momento que cresce a credibilidade dos Deputados paranaenses, mesmo a oposição não pode se furtar de votar numa mensagem do Governo, pela defasagem de seu orçamento, não em consequência do Governador Álvaro Dias, mas em consequência da crise econômica que vive o nosso País.

É por isso que faço neste instante um apelo aos Deputados da Oposição, porque se mantiverem esta conduta de se ausentarem do plenário para não dar quorum, estarão prejudicando não o Governador Álvaro Dias, estarão prejudicando todos os paranaenses, estarão prejudicando todos os funcionários públicos deste Estado.

Quantas e quantas vezes, por medida que precisamos tomar aqui, medidas de contenção de despesas do Estado, mantivemos ao lado do Governo e sempre estaremos ao lado do Governador Álvaro Dias, para as decisões importantes do nosso Estado.

Quantas vezes aqui mantivemos o veto do Senhor Governador e até mesmo, as vezes, criticados pela imprensa do Paraná, por termos votado algumas matérias que feriam os interesses de muitas pessoas do Estado, mas é bom que se saiba que a imprensa tem que estar presente num momento deste, de decisão, para uma suplementação de verba de interesse do povo do Paraná e aqueles que se furtarem de estar ao lado do povo do Paraná, não terão condições de levantar a cabeça perante aqueles que os trouxeram ao Poder Legislativo.

Eu faço um apelo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que haja na consciência de todos, para não atingir a credibilidade que vive este Poder Legislativo hoje, para votar nesta matéria que ela é unicamente de interesse do povo do Paraná.

Muito Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Com a palavra a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Inicialmente gostaria de convidar aos companheiros Parlamentares aqui presentes, para participarem do "Seminário de Creche" que está sendo desenvolvido no plenarinho da Assembleia Legislativa e presente entidades populares, instituições, enfim todas as pessoas, inclusive Secretários do Governo do Estado e órgãos do Governo do Estado, que trabalham com creche.

É importante a presença dos nobres

Parlamentares para uma discussão de tão grande importância no plenarinho da Assembleia Legislativa, uma vez que a emenda da creche do Forum Paranaense pelos Direitos da Mulher, não passou na Comissão Constitucional e que o artigo que ficou específico para creche, consta que a creche realmente será instalada, mas não com ônus para educação, quer dizer fora do orçamento da educação e nós discordamos desse ponto, achamos que isso deve ser discutido com muito mais amplitude para que nós possamos chegar a uma conclusão, qual será o órgão do governo que vai realmente se responsabilizar pela creche, uma vez que hoje a creche é um direito dos trabalhadores, tanto da área rural como da área urbana, de acordo com o Artigo 7º da Constituição Federal, no seu inciso 25.

Então, eu gostaria da presença dos Senhores Parlamentares, para discutirmos qual será o órgão que assumirá a creche legalmente no Estado do Paraná.

Eu gostaria de ler agora os pontos que estão sendo discutidos neste Seminário de creche e pré-escola, que está sendo realizado aqui no plenarinho. (Lê):

"As entidades populares, instituições, movimentos de mulheres, sindicatos, parlamentares e conselhos da condição feminina, reunidas nos dias 9, 10 e 11 de agosto de 1989 no Seminário Regional sobre Creche e Pré-Escola, em Curitiba, após amplas discussões com os diversos setores envolvidos na questão, como governo, empresários, técnicos e autoridades municipais, chegaram às seguintes conclusões:

1) A creche é inquestionavelmente uma necessidade da vida moderna, considerando as características da sociedade atual, a massiva participação da mulher no mercado de trabalho - este um processo historicamente irreversível - e a importância de garantir desde o início da vida o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

2) Desta forma, a creche consolida-se como um direito de todas as crianças, superando as concepções conservadoras que ainda pretendem enquadrá-la como uma questão de assistência social. Se é um direito, a oferta de creches é responsabilidade maior do Estado, que deve garantir o investimento de recursos públicos à creche como uma de suas prioridades. Além disto, a assistência aos filhos e dependentes de trabalhadores é uma obrigação social dos empregadores. Tais direitos e obrigações estão consagrados na Constituição do país, nos artigos 7º inciso XXV e 208 inciso IV. Trata-se então de viabilizar o cumprimento destes preceitos constitucionais.

Neste sentido, o Seminário Regional sobre Creche e Pré-Escola vem apontar para as seguintes propostas.

1) A formulação de uma política oficial de creches, que garanta a responsabilidade do Estado para com a oferta de creches públicas e gratuitas, o padrão de qualidade mínimo necessário ao bom atendimento à criança, a fiscalização sobre o padrão de atendimento nas redes pública e privada e a participação de representantes da sociedade organizada na formulação e garantia de execução desta política.

2) Urgente regulamentação dos artigos da Constituição Federal que asseguram a creche como direito dos filhos dos trabalhadores e como parte integrante do nível pré-escolar de ensino.

3) A formulação de uma política estadual de creches deve ser viabilizada através de um sistema estadual de creches e pré-escolas, integrante do sistema estadual de ensino, como nível de ensino, de acordo com a Constituição.

4) Para evitar que o sistema de creches e pré-escolas venha competir com a expansão e a ampliação da rede pública de ensino, no que tange à destinação de recursos deve-se buscar sua manutenção com dotação orçamentária própria.

5) A Assembleia Constituinte Estadual deve consagrar estes preceitos no texto constitucional em elaboração, buscando seu aprimoramento e sua adequação ao texto federal, bem como à necessidade imposta pela realidade.

Neste sentido, os participantes do Seminário repudiam a inclusão da expressão "sem ônus para a educação" no texto do Projeto da Constituição Estadual do Paraná.

6) A iniciativa privada deve oferecer a sua participação, segundo a Constituição, e de acordo com a regulamentação da mesma, segundo as demandas reais de seus funcionários, evitando a compra de vagas na rede pública, como ocorre hoje em Curitiba, no Projeto Vale Creche.

Os integrantes do Seminário repudiam os programas oficiais que objetivam eximir o poder público de sua responsabilidade, ora dividindo-o com a iniciativa privada, para poder omitir-se, ora para a população, sobrecarregando-a com ônus que cabe ao Estado carregar.

A iniciativa privada deve cumprir com a lei no que lhe concerne, buscando para tanto os meios ofertados pelas instituições oficiais ou não oficiais de crédito, bem como outros programas existentes, como o BNDS.

7) A formação de uma comissão multidisciplinar/interinstitucional, para coordenar o processo de viabilização da política estadual de creches e do respectivo sistema no Paraná, com a participação do Conselho Estadual da Condição Feminina, das organizações de mulheres, sindicatos e



associações, Secretaria de Estado voltados a área de educação, saúde, municípios, entre outras.

8) A exigência intransigente da fiscalização da legislação que assegura a creche nos locais de trabalho, pelo Ministério do Trabalho, repudiando sua omissão mesmo diante de denúncias continuadas que dão conta do descumprimento da lei.

9) O Estado deve dar atenção especial à creche no meio rural, hoje inexistente, bem como voltar seus olhos de forma rigorosa ao tratamento dado às crianças filhos de trabalhadores nas usinas, assentamentos e acampamentos de sem-terras, cumprindo a sua parte com a oferta de creches e pré-escolas públicas e fiscalizando o cumprimento da lei pelas empresas".

Estes são os pontos que estão sendo discutidos para a conclusão do Seminário de Creche e Pré-Escola, organizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual da Condição Feminina e também da Comissão de Trabalho da Câmara Federal, com apoio da LBA estadual e do PROVOPAR estadual.

E eu gostaria de reafirmar mais uma vez aos Parlamentares que é importante as suas presenças neste encerramento de Seminário hoje, pois essas conclusões serão aprovadas no decorrer da tarde e nós queremos definir o órgão de governo que se responsabilizará pela creche e que será dirigido por um colegiado, como aqui proposto, e definir também que os movimentos e entidades possam participar dele.

Agradeço e muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela ordem) - Senhor Presidente, de acordo com o art. 84, § 2º, como agora existe número em plenário, eu solicitaria então que Vossa Excelência colocasse em votação as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão o Projeto de Resolução nº 38/89. Encerrada a discussão. A Mesa vai submeter à votação o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão que requer preferência de votação para o Projeto de Lei nº 171/89. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 171/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 60/89), que altera os limites para abertura de créditos suplementares fixados na Lei nº 8.905, de 05 de dezembro de 1988 (artigos 5º e 9º), relativos tanto à Administração Direta quanto à Indireta, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Aprovado. A Mesa vai submeter em 3ª discussão o projeto desde que o Poder Executivo preste as solicitações e informações que foram feitas pela Mesa.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 38/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que regulamenta o pagamento de pensão às viúvas de ex-Deputados Estaduais, de acordo com as normas legais vigentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atenção para o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Em votação a emenda. Aprovada.

O projeto irá à Comissão Executiva para parecer.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Eu só gostaria de destacar e, inclusive, os senhores funcionários podem testemunhar que a Bancada do PMDB, a Bancada do PRN, do PTN, do PDC, PFL, PT e PTB estavam em plenário para aprovarem esta matéria.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, a falta de ética Parlamentar é um pecado que tem assinalado profundamente a atuação do Senhor Líder do Governo nesta Casa, tentando de uma forma primária e infantil, própria de jardim de infância, quer agora jogar as oposições contra os funcionários, quando a própria Casa é testemunha de que a Oposição esteve ausente do Plenário até o presente momento, em função da barbaridade que se aprovou, em segundo turno, que é a alteração da Lei Orçamentária, dando-se, novamente, delegação de poderes ao Executivo para manobrar o novo orçamento.

Portanto, o meu protesto, Senhor Presidente, porque as oposições jamais tentaram fazer este tipo de jogo; mas sim, um trabalho correto, honesto e decente.

O que eu lamento, e me lembro muito bem do ensinamento de Vossa Excelência, quando dizia que o perigo são as "noites das vaquinhas". Ao que parece nós tivemos a "manhã dos bezerrinhos".

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, na verdade, primárias e infantis são as palavras do Deputado Edmar Luiz Costa.

Absolutamente não joguei culpa às oposições, tanto que, com a ética que me é peculiar, e que me parece não é peculiar a Sua Excelência, citei a sua Bancada, citei a Bancada do PT, do PFL e do PRN.

Mas, de qualquer maneira, Senhor Presidente, eu vejo ultimamente, o Deputado Edmar Luiz Costa, Edmar da Costa... não é, Deputado Pedro Tonelli..., sempre com esse mal humor...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Vossa Excelência precisa consultar os Anais da Casa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - ... não sei por quê. Nós, da Bancada do PMDB costumamos, principalmente esta Liderança do Governo, respeitar os companheiros. Não fazemos críticas pessoais...

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - ... nem a ele nem a um outro Deputado.

Agora, também não podemos aceitar as críticas pessoais a nós dirigidas pelo Deputado Edmar da Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - As críticas foram ao Líder da Bancada do Governo, não ao Deputado Artagão Mattos Leão.

E eu acho que Vossa Excelência há de distinguir o seu trabalho pessoal e aquele do Líder do Governo.

(Soam os tímpanos)

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente. Eu me inscrevi primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dirceu Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, eu queria fazer um apelo às Lideranças e aos senhores Deputados, já em seguida vem o Deputado Pedro Tonelli que pediu a palavra pela ordem, de que o mais importante neste momento é a mensagem que está sendo votada para os funcionários da Assembleia Legislativa do Estado.

Eu acho que agora não cabe discussão de lideranças e senhores Deputados. Cabe sim, votarmos os interesses dos funcionários.

Agradeço a todos os Deputados que aqui estiverem presente neste momento para votarem a favor dos funcionários e do Poder Legislativo.

Muito obrigado!

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu não deleguei poder a nenhum Parlamentar para fazer registro da minha intenção de voto neste Parlamento. E quero fazê-lo neste momento.

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Sempre fui a favor do funcionalismo e continuo sendo, tanto é que me retirei do Plenário para obstruir uma autorização orçamentária para destinar mais que três fo-

lhas de pagamento integrais ao Executivo para pagar encargos da dívida do Paraná.

Sempre combatemos o individualismo do Paraná e agora...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - ... mais de três folhas de pagamento, porque o Paraná tem...

(vozes paralelas)

... 140 milhões mensais.

E nós estamos autorizando 450 milhões de cruzados para pagar encargos da dívida do Paraná.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

O ilustre Deputado Pedro Tonelli teve a oportunidade de discutir essa matéria quando poderia dizer todas essas coisas que ele está dizendo, mas fugiu do plenário no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o projeto...

(vozes paralelas)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Que eu aceito a não delegação de poder do Deputado Pedro Tonelli, porque eu reconheço que nesse momento ele não tem autorização do seu partido para me delegar poderes.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência nunca falará pelo PT, quem fala aqui pelo PT sou eu...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - ...Vossa Excelência tem que obedecer as ordens do seu Partido....

(vozes paralelas)

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 218/88, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE, com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/88, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a UNIÃO GERAL DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - UGESP, com sede e foro em Piraquara. Com PARECE-



RES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 275/88, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS - ANAD, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/88, de autoria do Deputado ANTÔNIO BARBARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 78/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que altera a redação do Art. 8º da Lei nº 8246, de 13.01.86. (Falecendo o pensionista, o benefício será transferido ao seu cônjuge, filhos menores e incapazes, na forma da Lei). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 79/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 41/89), que concede pensão mensal de valor equivalente a dois (02) salários-mínimos de referência a Aparecida Sparapam Titato, viúva do ex-suplente de Delegado de Polícia, Vândir Titato. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 93/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 46/89), que objetiva criar, no Departamento de Trânsito - DETRAN, dois cargos de provimento em comissão de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 7-C e cinco cargos de Chefe de posto de Trânsito, símbolo 8-C. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação a título integral e dedicação exclusiva aos Diretores das Escolas Estaduais e aos Assistentes de Núcleo, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Vossa Excelência colocou em votação o

Projeto de Lei nº 126/89? Teceira Discussão?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Faz tempo!

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO -Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga o Art. 2º da Lei nº 8756, de 27 de abril de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Trata-se de matéria vencida e o líder do Governo quer conturbar esta sessão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 50/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 33/89), que objetiva ajustar o lançamento e cobrança do IPVA, que trata a Lei nº 8925, de 28.11.88. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, emenda de plenário, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 50/89

Art. 1º - Os §§ 4º e 5º, do art. 3º, o inciso I do art. 4º e o art. 12, da Lei nº 8925, de dezembro de 1988, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º - ....

§ 4º - O valor a que se refere o caput deste artigo, na hipótese do inciso IV do Parágrafo 1º do art. 2º, será o constante da tabela anexa, expressão em cruzados novos e atualizados até o mês do vencimento do imposto pelo salário-mínimo de referência.

§ 5º - O valor da base de cálculo previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo será atualizado até o mês do vencimento do imposto pelo salário-mínimo de referência.

Art. 4º - .....

"I - 1% (um por cento) para ônibus e veículos utilizados no transporte de carga".

Art. 12 - O crédito tributário quando não pago no prazo regulamentar, será utilizado até a data do pagamento pelo salário mínimo de referência."

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário e a letra "D" do art. 6º desta lei.

Sala das Sessões, em 11.08.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Apoiamto: Valderi Mendes Vilela, João Arruda, Namir Piacentini, Edmar Luiz Costa.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.  
Emenda. - Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Pela Ordem, Sr. Presidente, gostaria que constasse em Ata o voto pelo menos da Bancada do PMDB, voto dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Erondy Silvério, José Alves, com relação à matéria nº 126/89.

Eu quero que conste em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) A matéria está vencida, Sr. Deputado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (vozes paralelas)

Eu tenho direito de pedir isso.

Eu quero que conste em Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Vossa Excelência tem...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência pode considerar a matéria aprovada, eu não estou discutindo isso.

(vozes superpostas)

(túmulto no plenário)

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Mas ele votou a favor.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Mas eu quero que conste em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Vossa Excelência tinha que levantar a questão, na ocasião.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência quando quer, passa rapidamente pelas coisas.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Não... Ele votou a favor...  
(vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) Eu submeti a voto de Vossa Excelência...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência deu a matéria como aprovada à nossa bancada...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Eu submeti a voto. Está aprovada a matéria.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Tudo bem, Sr. Presidente, não vou discutir com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) E a Mesa anuncia que se as informações do Executivo não vieren, o Projeto não será votado...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência aja da maneira que quiser.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 218, 242, 275 e 277/88, 50, 78, 79, 93, 130 e 171/89.

Levanta-se a sessão.